

02/12/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.163-0 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. CARLOS BRITTO**
PACIENTE(S) : RUDINEI FERNANDES MACHADO
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO RECURSO ESPECIAL Nº 916190 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROVIMENTO MONOCRÁTICO DE RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE (FUGA). DATA-BASE DE RECONTAGEM DO PRAZO PARA NOVO LIVRAMENTO CONDICIONAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. Além de revelar o fim socialmente regenerador do cumprimento da pena, o art. 1º da Lei de Execução Penal alberga um critério de interpretação das suas demais disposições. É falar: a Lei 7.210/84 institui a lógica da prevalência de mecanismos de reinclusão social (e não de exclusão do sujeito apenado) no exame dos direitos e deveres dos sentenciados. Isto para favorecer, sempre que possível, a redução das distâncias entre a população intramuros penitenciários e a comunidade extramuros. Tanto é assim que o diploma normativo em causa assim dispõe: "O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança" (Art. 4º), fazendo, ainda, do Conselho da Comunidade um órgão da execução penal brasileira (art. 61).

2. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a



HC 94.163 / RS

marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna".

3. O livramento condicional, para maior respeito à finalidade reeducativa da pena, constitui a última etapa da execução penal, timbrada, esta, pela idéia-força da liberdade responsável do condenado, de modo a lhe permitir melhores condições de reinserção social.

4. O requisito temporal do livramento condicional é aferido a partir da quantidade de pena já efetivamente cumprida. Quantidade, essa, que não sofre nenhuma alteração com eventual prática de falta grave, pelo singelo mas robusto fundamento de que a ninguém é dado desconsiderar tempo de pena já cumprido. Pois o fato é que pena cumprida é pena extinta. É claro que, no caso de fuga (como é a situação destes autos), o lapso temporal em que o paciente esteve foragido não será computado como tempo de castigo cumprido. Óbvio! Todavia, a fuga não "zera" ou faz desaparecer a pena até então cumprida.

5. Ofende o princípio da legalidade a decisão que fixa a data da fuga do paciente como nova data-base para o cálculo do requisito temporal do livramento condicional.

6. Ordem concedida.

A C Ó R D ã O

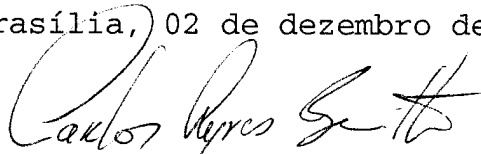
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em deferir o pedido de **habeas corpus**, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Marco



HC 94.163 / RS

Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 02 de dezembro de 2008.



CARLOS AYRES BRITTO

-

RELATOR

02/12/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 94.163-0 RIO GRANDE DO SUL**

RELATOR : **MIN. CARLOS BRITTO**
PACIENTE(S) : **RUDINEI FERNANDES MACHADO**
IMPETRANTE(S) : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
COATOR(A/S) (ES) : **RELATORA DO RECURSO ESPECIAL Nº 916190 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Trata-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão da relatora do Recurso Especial nº 916190. Decisão que proveu o apelo do Ministério Público e fixou como termo inicial da contagem do prazo para o livramento condicional a data da recaptura do paciente.

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União diz que a decisão impugnada ofendeu o princípio da legalidade (inc. XXXIX do art. 5º da CF). Isto porque nenhum dispositivo da Lei de Execução Penal fixa a data da prática de falta grave como novo termo inicial de contagem de prazo para a concessão de eventual direito à liberdade condicional. Sendo certo que o entendimento perfilhado pela relatora do Recurso Especial nº 916.190 confunde institutos próprios do processo de unificação das penas (art. 111 da LEP e § 2º do art. 75 do CP) com as regras de concessão de direitos aos apenados. Daí o pedido de concessão da ordem, formulado para



HC 94.163 / RS

restabelecer a decisão do Juízo de 1º grau, que concedeu ao paciente o livramento condicional.

3. Prossigo neste relato da causa para, em apertada síntese, retratar o quadro empírico da causa. Ei-lo:


I - Rudinei Fernandes Machado foi condenado pelo delito de roubo majorado (inc. I do § 2º do art. 157 do CP) à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto;

II - preenchidos os requisito legais, o paciente foi beneficiado com a progressão de regime em **julho de 2004**;

III - deu-se que, em **outubro de 2004**, praticou falta grave (fuga), interrompendo a execução da pena. Interrupção que perdurou até **03 de junho de 2005**, data em que o paciente se apresentou espontaneamente à Delegacia de Polícia da Comarca;

IV - após a devida sindicância, o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais de Santa Maria (RS) determinou a regressão do ora paciente para o regime semi-aberto (fls. 18/19, apenso). Dando-se que, em **03 de fevereiro de 2006**, o Juiz concedeu a ele, paciente, a liberdade condicional. O que fez por entender preenchidos os requisitos do art. 83 do Código Penal, nos termos seguintes:

"É que para o livramento deve ser considerado o tempo de cumprimento da condenação em



HC 94.163 / RS

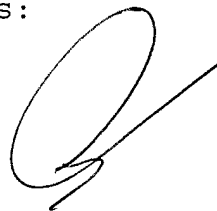
relação à pena total, desimportando a falta grave (...)

Observo que o apenado já cumpriu 1/3 do total de sua pena e possui satisfatória conduta carcerária, restando superado, portanto, o obstáculo de ordem objetiva elencado pelo Ministério Público" (fls. 149 do apenso);

V - inconformado, o Ministério Público do Rio Grande do Sul ajuizou agravo de execução. Agravo que foi rejeitado pelo Tribunal Gaúcho. O que ensejou a interposição do recurso especial, **monocraticamente** provido para fixar a data de recaptura do paciente como termo inicial para o cálculo do lapso temporal do **livramento condicional**.

4. É contra esta decisão que se insurge o impetrante. Isto sob o argumento de que, à falta de dispositivo legal que autorize a definição da recaptura como termo inicial do livramento condicional, a decisão do Superior Tribunal de Justiça ofende diretamente o princípio da legalidade (inc. XXXIX do art. 5º da CF).

5. Continuo neste reavivar das coisas para averbar que indeferi a liminar requestada. O que fiz por entender ausentes seus pressupostos. Na sequência, abri vista dos autos à Procuradoria-Geral da República. Procuradoria que opinou pelo indeferimento da ordem, nos termos seguintes:

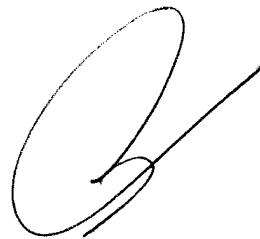


HC 94.163 / RS

"O entendimento deste Excelso Pretório é firme no sentido de que o cometimento de falta grave impõe o reinício da contagem do lapso temporal para obtenção de **benefícios**, tal como a progressão de regime (...)" (grifei, fls. 19).

É o relatório.

* * * * *

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'G' followed by a diagonal stroke.

02/12/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.163-0 RIO GRANDE DO SULV O T O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Feito o relatório, passo ao voto. Fazendo-o, pontuo, de saída, que, ao contrário do que entendeu a Procuradoria-Geral da República, este caso não é idêntico a outros já decididos por este Supremo Tribunal Federal. Isso porque nossos precedentes (invocados no parecer) tratam do reinício da contagem do lapso temporal de 1/6 para a concessão de progressão de regime (confira-se, por amostragem, o HC 85.141, de minha relatoria). Progressão que não se confunde com o livramento condicional.

8. Daqui se segue a primeira questão a ser deslindada por esta nossa Turma. Explico: a relatora do Recurso Especial nº 916.190/STJ invocou precedentes do Superior Tribunal de Justiça para julgar, monocraticamente, o apelo especial. Precedentes, todavia, que tratam da consideração do dia da recaptura do sentenciado como data-base da contagem do prazo de 1/6 para nova **progressão de regime prisional. Progressão, repiso, e não livramento condicional.**

9. Muito bem. Esse quadro me fez entender, num primeiro exame da causa, ser o caso de concessão da ordem para anular a decisão singular que deu provimento ao recurso especial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. É que a Lei nº 8.038/90 —

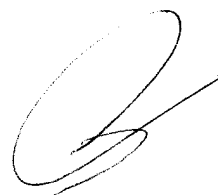


HC 94.163 / RS

instituidora de normas para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal — só autoriza o julgamento monocrático de recurso quando este *"haja perdido seu objeto"* ou quando for *"manifestamente intempestivo, incabível ou, improcedente ou ainda, que contrariar, nas questões predominantemente de direito, Súmula do respectivo Tribunal"*. No mesmo sentido é o Regimento Interno do STJ, ao assentar a possibilidade de negativa de seguimento a *"pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário à súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste"* (inciso XVIII do art. 34 do RI/STJ).

10. No caso, o que fez a Relatora no STJ? Deu provimento ao recurso especial do Ministério Público, com apoio no art. 38 da Lei nº 8.038/90 e no inciso XVIII do art. 34 do RI/STJ. Fazendo-o, entendeu válida a fixação do dia da recaptura do paciente como data-base para o cálculo dos requisitos do livramento condicional. Fundamentação rechaçada pelo TJ do Rio Grande do Sul. Noutros termos: ao prover o recurso do Ministério Público, a Relatora apreciou o próprio mérito da insurgência, não obstante a regra descrita no *caput* do artigo 202 do RI/STJ, *in verbis*:

"Art. 202. Instruído o processo e ouvido o Ministério Público, em dois dias, o relator o



HC 94.163 / RS

colocará em mesa para julgamento, na primeira sessão da Turma, da Seção ou da Corte Especial..."

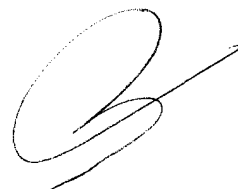
11. Diga-se mais: a decisão monocrática impugnada diverge de decisões do próprio Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. RÉU CONDENADO À PENA DE 13 ANOS, 7 MESES E 26 DIAS DE RECLUSÃO. RECEPÇÃO QUALIFICADA, FURTO SIMPLES E QUALIFICADO E ROUBO CIRCUNSTANCIADO. **LIVRAMENTO CONDICIONAL** DEFERIDO PELO JUIZ DA VEC E CASSADO PELO TRIBUNAL A QUO. **FALTA GRAVE**. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PRECEDENTES. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. COMETIMENTO DE DIVERSAS **FALTAS** DISCIPLINARES NO CURSO DA EXECUÇÃO. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. O art. 83, I do CPB exige, para fins de obtenção do benefício do livramento condicional, o cumprimento de mais de um terço da pena total imposta ao sentenciado. Assim, ofende o princípio da legalidade a decisão que determina a interrupção do prazo para a aquisição da referida benesse, uma vez que acaba por criar requisito objetivo não previsto em lei. Precedentes.

(...)

6. Parecer do MPF pela concessão parcial da ordem.



HC 94.163 / RS

7. Ordem parcialmente concedida, para afastar a interrupção do lapso temporal para a concessão de **livramento condicional**, mantendo, no mais, o venerando acórdão de segundo grau, notadamente no que diz respeito à obrigatoriedade de realização de exame criminológico". (HC 92.016, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho)

"HABEAS CORPUS. COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO Nº 5.620/2005. **LIVRAMENTO CONDICIONAL**. REQUISITOS OBJETIVOS. **FALTA GRAVE**. INTERRUPTÃO. IMPOSSIBILIDADE. **FALTA DE PREVISÃO LEGAL**. ORDEM CONCEDIDA.

1. Preenchidas as condições previstas no Decreto nº 5.620/2005 para a obtenção da comutação de pena, não pode o julgador, ampliando o alcance da norma, criar exigência nova, prejudicando o apenado.

2. À **falta** de previsão legal, o cometimento de **falta grave** pelo condenado não interrompe o prazo para a aquisição dos benefícios de comutação de pena e de **livramento condicional**.

3. Ordem concedida" (HC 71.139, Relator Ministro Paulo Galloti).

12. Avanço para dizer que o estudo mais detido do feito me leva a enfrentar o mérito da impetração, pois se esta nossa Turma entender pela anulação do ato impugnado, é provável que, até o julgamento do recurso especial pelo STJ, o pedido versado neste writ fique prejudicado. Por isso enfrento, de logo, a pretensão do paciente. Pretensão, em suma, consistente na manutenção da decisão de primeiro grau, que deferiu o livramento condicional a ele, paciente.



HC 94.163 / RS

13. Muito bem. A questão a ser deslindada por esta nossa Primeira Turma é a dos efeitos da fuga (falta grave) no cálculo da pena para a obtenção do direito ao livramento condicional. Noutro falar: a questão está em saber se a falta grave pode ser utilizada como data-base para novo cômputo do prazo para a concessão do livramento condicional. Livramento que, para maior respeito à finalidade reeducativa da pena, constitui a última etapa da execução penal, timbrada, esta, pela idéia da liberdade responsável do condenado, de modo a lhe permitir melhores condições de reinserção social. De outro modo, aliás, não podia ser, nos termos do art. 1º da Lei de Execução Penal, *in verbis*:

"Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado".

14. Além de revelar o fim socialmente regenerador da sanção criminal, penso que esse dispositivo alberga um critério de interpretação das demais disposições da Lei de Execução Criminal. É falar: institui a lógica da prevalência de mecanismos de reinclusão social (e não de exclusão do sujeito apenado) no exame dos direitos e deveres dos sentenciados. Isto para favorecer, sempre que possível, a redução das distâncias entre a população intra-muros penitenciários e a comunidade extra-muros. Tanto é assim que o diploma normativo em causa dispõe: "O Estado deverá recorrer à

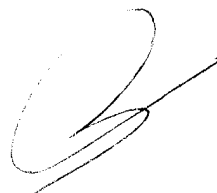


HC 94.163 / RS

cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança" (Art. 4º), fazendo, ainda, do Conselho da Comunidade um órgão da execução penal brasileira (art. 61).

15. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a mais próxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna".

16. Deveras, é para o mais forte amparo à dignidade penal da pessoa humana que a nossa Lei Maior: a) veda a institucionalização da tortura e de tratamento desumano ou degradante (inciso III do art. 5º); b) proíbe castigos cruéis e de caráter perpétuo (inciso XLVII do art. 5º); c) admite o *habeas corpus* "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder" (inciso LXVIII do art. 5º); d) garante aos presos o respeito à sua integridade física e moral (inciso XLIX do art. 5º). Afinal, a imposição de pena privativa de liberdade não tem a força de reduzir o indivíduo a objeto; ou seja, "não afasta do



HC 94.163 / RS

apenado toda a gama de garantias e direitos não abrangidos pela sanção carcerária"¹.

17. Fixadas tais premissas, anoto que a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) institui um amplo sistema de deveres, direitos e disciplina carcerários. O tema que subjaz a este *habeas corpus* diz com tal sistema, especialmente com as disposições normativas atinentes à disciplina penitenciária. Disciplina que o legislador entende ofendida sempre que o condenado

"I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

II - fugir;

III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;

IV - provocar acidente de trabalho;

V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.

VII - tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo." (art. 50 da LEP)

¹ CARVALHO, Amilton Bueno de.; et.alli. *Garantismo aplicado à execução penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 245.



HC 94.163 / RS

18. A esses comportamentos faltosos para com os deveres administrativos a Lei de Execução Penal comina sanções também de ordem administrativa. Leia-se:

"Art. 53. Constituem sanções disciplinares:

I - advertência verbal;

II - repreensão;

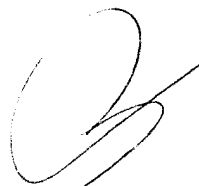
III - suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único);

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.

V - inclusão no regime disciplinar diferenciado."

19. Muito bem! A aplicação de sanção administrativa, cujo objetivo seja o restabelecimento da disciplina carcerária, não é a única consequência da prática de falta grave. É que ela, falta grave, enseja a determinação judicial de regressão de regime prisional (inc. I do art. 18 da LEP). Regressão que é, ela também, um ato de reprovação ou sanção negativa².

20. Esse o quadro, é de prevalecer a idéia-força de que, no caso de regressão, a transferência futura para regime penitenciário menos gravoso (ou seja, nova progressão) dependerá do



HC 94.163 / RS

cumprimento de 1/6 da pena, na situação jurídica em que se ache o condenado. É como dizer: se o condenado que já cumpriu 1/6 da pena e foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto vier a fugir, após sua recaptura deverá cumprir 1/6 da pena restante em regime fechado para então ganhar o direito a nova progressão para o regime semiaberto. Isso nos exatos termos do art. 112 da Lei 7.210/84:

*"Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena **no regime anterior** e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão".*

21. O caso dos autos, entretanto, é diverso, pois não versa a transferência para regime menos gravoso (não trata de progressão de regime penitenciário), mas de concessão de livramento condicional. Livramento condicional que tem seus requisitos definidos pelo Código Penal nos termos seguintes:

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

² O art. 127 da Lei de Execução Penal é outro exemplo das consequências que sofre o apenado que assume a prática de falta grave.



HC 94.163 / RS

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir."

22. Como se vê de tal dispositivo, o requisito temporal do livramento condicional é aferido a partir da quantidade de pena já efetivamente cumprida. Quantidade, essa, que não sofre nenhuma alteração com eventual prática de falta grave, pelo singelo mas robusto fundamento de que a ninguém é dado desconsiderar tempo de



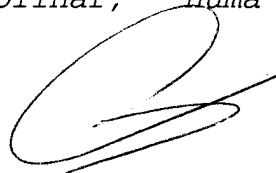
HC 94.163 / RS

pena já cumprida. Pois o fato é que reprimenda cumprida é pena extinta. É claro que, no caso de fuga (como é a situação destes autos), o lapso temporal em que o paciente esteve foragido não será computado como tempo de castigo cumprido. Óbvio! Todavia, a fuga não "zera" ou faz desaparecer a pena até então sofrida.

23. Bem vistas as coisas, ao entender que a prática de falta grave reinicia a contagem do prazo para a concessão do livramento condicional, o que fez o STJ foi determinar o cumprimento de mais um período de 1/3 da pena para o gozo do direito subjetivo a esse tipo de livramento. Noutro falar, a relatora do Recurso Especial nº 916.190, à revelia dos enunciados legais, criou novo lapso temporal para a liberdade condicional do condenado com bons antecedentes: 2/3 da pena.

24. Neste fluxo de idéias, não posso deixar de reconhecer a ofensa ao princípio da legalidade (inciso XXXIX do art. 5º da CF). Isso porque, a pretexto de assegurar a disciplina carcerária, a decisão atacada "cria" uma nova forma de punição das faltas graves: a desconsideração do tempo de pena já cumprido. Forma de punição que não existe em nosso ordenamento jurídico e que revela um excesso no manejo do poder punitivo estatal. É como ensina Andrei Zenker Schmidt, *in verbis*:

"A prática de falta disciplinar não pode continuar ensejando outras punições indiretas além da própria sanção disciplinar, numa espécie de



HC 94.163 / RS

bombardeio repressivo estatal contra um mesmo fato praticado. (...) O que não se pode é tolerar que uma imensa gama de sanções sejam aplicadas a pretexto de, somadas, atingirem a suposta finalidade ressocializadora.”³

25. Acresce que tal ofensa à legalidade também passa a significar desrespeito à Constituição, no tocante ao direito subjetivo à individualização da pena (inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal).

26. Por tudo quanto posto, concedo a ordem. O que faço para cassar a decisão proferida no Recurso Especial nº 916.190 e restabelecer a decisão que concedeu o livramento condicional ao paciente. Decisão embasada no mais forte exame dos requisitos objetivos e subjetivos de tal direito do apenado.

27. É como voto.

* * * * *



³ Direitos, deveres e disciplina na execução penal. In CARVALHO, Salo (org). *Crítica à execução penal brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007, p. 260.

02/12/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.163-0 RIO GRANDE DO SUL**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Senhor Presidente, se todos estão de acordo nessa linha.

A sanção que é a regressão, mas ele foi citado com a regressão, só que a sanção é inútil, porque ele vai se beneficiar com o livramento. Então, não há sanção.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Então, é melhor conceder por livramento.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Não tem sanção. O fato de ele ter cometido falta grave significa uma sanção. Qual é a sanção? É a regressão. Só que, quando é essa a hipótese, que ele tem direito a livramento condicional, essa sanção não tem força nenhuma.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Não se aplica.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Na verdade, o que Vossa Excelência está dizendo é que há anulação da sanção pela superveniência do livramento condicional.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eu já examinei essa questão em um **habeas corpus**, não me recordo agora qual é o número, mas foi até bastante recente - salvo engano, há



HC 94.163 / RS

jurisprudência da Corte no sentido do voto do Ministro Carlos Britto -, e, naquela ocasião, estudando a matéria, verifiquei que não há base legal para impor essa sanção da perda do direito já cumprido. Não há previsão legal, quer dizer, imporíamos uma sanção para impor ao sentenciado a perda de dias ou anos, enfim, do período já cumprido, em termos de pena privativa de liberdade, sem qualquer amparo legal, quer no Código Penal, quer na Lei de Execução Penal.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

A falta grave dá em que sanção?

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Em caso de progressão de regime, começa a contar o tempo novamente.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

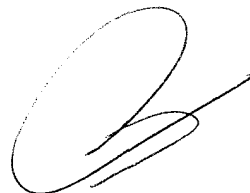
Então, por quê? Porque é uma punição.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, mas está previsto.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Eu até li, há previsão.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Nesse caso, não vejo o amparo legal.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Não tem. Penso que até é um tipo de ofensa à legalidade que termina ofendendo a própria Constituição no que toca ao princípio da individualização da pena.



HC 94.163 / RS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Da individualização, não.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Penso que sim. Também no princípio da individualização, considerada a função ressocializadora da pena.

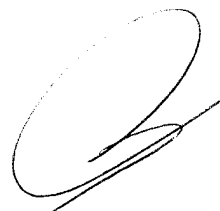
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Único fundamento com todo o espírito forte é este que o Ministro **Marco Aurélio** falou, dizer, como o livramento condicional não tem nenhuma dependência com relação ao cometimento de falta grave; em Direito Penal, você não pode fazer a aplicação analógica, então você não aplica.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Estou me baseando, exclusivamente, no fundamento da ilegalidade.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Perdão, haveria uma sanção, sim. O artigo 83 estabelece que, além dos requisitos objetivos, o juiz examinará o requisito subjetivo. Ele poderia indeferir o livramento condicional com base no inciso III do artigo 83 do Código Penal que diz:

"III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;".



HC 94.163 / RS

Então, a fuga, eventualmente, poderia servir de base para denegar o livramento condicional. Não é isso que está em discussão. O que eles querem, agora, é anular o tempo.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Mas, aqui, o Juiz examinou nos termos do artigo 83 e deferiu.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois é, deferiu. Exatamente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não houve violência na fuga. Houve, ministro?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Que eu saiba não. Não tenho esse dado, mas posso ver nos autos.

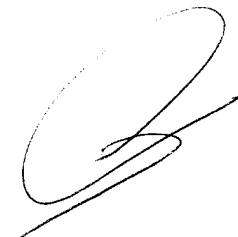
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

A minha preocupação é que, no fundo, acaba sendo uma contradição em termos, porque a fuga é uma falta grave, gravíssima; talvez, seja uma das faltas mais graves. Se a fuga se deu, como disse o Ministro **Marco Aurélio**, por exemplo, com violência, ela ainda se torna mais grave ainda.

Então, o que acontece? A fuga como falta grave acarreta a perda do direito à progressão de regime.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Porque tem previsão.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:



HC 94.163 / RS

Eu sei, não estou dizendo que não tem, estou dizendo que tem. Isso é uma contradição em termos. Então, a fuga acarreta esse fato. Quando se trata de liberdade condicional, se isso for geral, o que acontece? Essa sanção que está aqui é nula. Ele pode fugir e, fugindo, ele tem direito à liberdade condicional.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Não, perdão, Ministro.

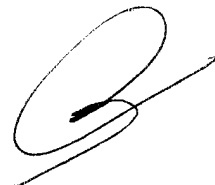
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Tem, a decisão nossa tem. A não ser que se faça o que a Ministra **Cármem Lúcia** está dizendo, até estou de acordo. Neste caso, considerando que o Juiz examinou os requisitos. O único fundamento que me convence para admitir é o que Vossa Excelência deu: não há previsão na liberdade condicional.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - O princípio da legalidade estrita em Direito Penal.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Ministro, também foi o meu único fundamento. Apenas estou dizendo que, se aprofundássemos o exame, chegaríamos à conclusão - isso não é o fundamento do meu voto - de que, também, o princípio constitucional da individualização da pena resultaria vulnerável. Mas isso eu me reservo para aprofundar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - A única coisa que sensibiliza, e de forma negativa, é que o livramento



HC 94.163 / RS

condicional diz respeito à pena. No artigo 83, inciso III, do Código Penal, há requisito subjetivo para ter-se a outorga do livramento condicional. Qual é o requisito? Bom comportamento na execução da pena. Empreendida a fuga, por isso perguntei: foi empreendida com violência? Consideradas até as condições das nossas penitenciárias, vejo a fuga, pura e simples, como direito natural do ser humano, ou seja, de não se submeter a condições indignas no que o Estado não preserva a integridade física e moral do preso. Mas é uma interpretação. Por isso perguntei: houve violência?

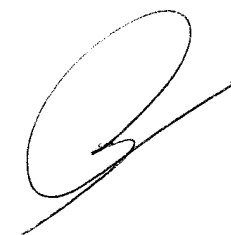
O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Não houve violência na fuga.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Ministro **Marco Aurélio**, a minha sensação é que devemos, então, seguir essa linha da Ministra **Cármem Lúcia** para dizer o seguinte: por que estamos concedendo? Não porque não tem, mas estamos concedendo, neste caso, restabelecendo a decisão, porque o Juiz, examinando as condições concretas, objetivas do caso, entendeu que, neste caso, esta fuga não acarretava essa consequência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O afastamento do instituto, o livramento condicional.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:



HC 94.163 / RS

Exatamente isso, porque, se ficarmos no gênero, vamos dizer o seguinte: toda vez que houver fuga se dá esse livramento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Deve haver o elemento subjetivo que é o bom comportamento na execução da pena.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Tenho muito medo, e cada vez ando mais temerosa, de não fazer as ressalvas específicas, porque, quando o Supremo decide num caso concreto, ele é como um maestro que toda vez que mexer com a batuta, todos os músicos que estiverem ouvindo, que são os juízes brasileiros, vão achar que a afinação é essa e começarão a se comportar desse jeito.

Por isso que o princípio da legalidade estrita, em matéria de Direito Penal, é que realmente poderia supeditar uma decisão nesse sentido. Não há e, neste caso, o Juiz, aferindo, não verificou. Embora o Ministro Marco Aurélio tenha toda razão quando chama a atenção para um ponto que é sensível aqui. Há um dado neste caso, Ministro, que chama atenção negativa. Nem estou votando neste caso. É assim: fuga é falta grave - ponto -, está na lei. Se é falta grave, é mau comportamento - ponto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Quem comete falta grave tem bom comportamento carcerário? Não tem, não há a menor dúvida. Mas aqui há peculiaridades.

HC 94.163 / RS

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E ele considera que ele fugiu, porque, inclusive neste caso, este paciente cometeu um ato de pouca inteligência, porque, se ele tinha o livramento condicional, fugiu para quê?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não, estava se aproximando a complementação do período.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Não tinha completado ainda. Recaptura é falta grave.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Ele fugiu, foi recapturado. A pena não pode ter um efeito perpétuo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ele fugiu ou deixou de retornar considerado o regime semi-aberto?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Ele não fugiu, foi recapturado.

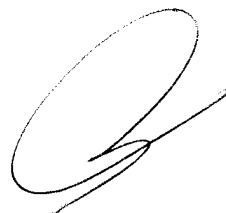
O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - E regrediu?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Não.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - E não fugiu pela porta da frente da penitenciária!

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Se foi pela janela, ou pelos fundos, ou pelo esgoto, aí eu não sei.

Depois de muito tempo, o Juiz, aferindo as condições subjetivas dele, concedeu o livramento.



HC 94.163 / RS

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Contando o tempo anterior.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Contando o tempo anterior.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Relevou a falta.

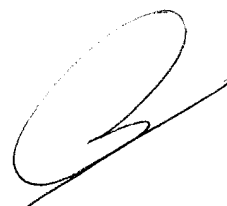
O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Relevou a falta.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Só queria deixar bem claro que, para mim, de acordo com o que eu tinha antes dito, não existe a vinculação direta entre a falta grave "fuga" e o "livramento condicional", quer dizer, a falta grave é uma falta grave, e a fuga é uma falta grave. A falta grave é igual a mau comportamento; mau comportamento não dá ensejo ao livramento condicional; logo, tecnicamente, não há falar em ausência desta regra.

Então, no caso concreto, como disseram a Ministra **Cármem Lúcia** e o Ministro **Marco Aurélio**, apreciando-se as circunstâncias concretas do caso, o Juiz entendeu que essa falta não era de ser computada para o efeito de negar o livramento condicional.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Mas isso está contemplado no meu voto.



HC 94.163 / RS**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Está bem. Mas então eu estou explicitando.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Por isso eu li o artigo 83, inciso I. Agora, a tese do STJ também merece rechaço, porque é linear.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Em todo e qualquer caso, haveria o apagamento do cumprimento anterior da pena.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Exatamente. São duas coisas.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

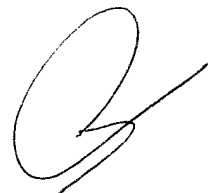
Vossa Excelência me perdoe, mas, em tese, a fuga é mau comportamento. Em tese, a fuga leva à não-concessão do livramento condicional.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Sim, mas aí está certo.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Pelo contrário, como disse a Ministra **Cármem Lúcia**, em tese, é uma falta grave. É mau comportamento. Mau comportamento não dá o livramento condicional.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Não é nem em tese, na legislação brasileira.



HC 94.163 / RS

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - É que ninguém nega isso.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Agora, de acordo com as circunstâncias concretas deste caso, estamos de acordo com as peculiaridades.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ou seja, Vossa Excelência assentaria que o recurso especial, consideradas as premissas do acórdão impugnado, não merecia provimento.

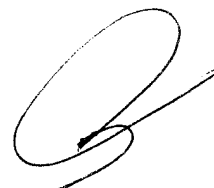
A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Estou considerando que o Juiz que está lá, que verificou, que viu o comportamento dele pode ter.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Tem de ficar claro isso.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - São duas coisas. Vossa Excelência está certíssima na companhia da Ministra Cármen Lúcia. O Juiz não abre mão do seu poder de aferir as condições subjetivas do livramento. Não, está no artigo 83, inciso I. Agora, nem por isso vamos deixar de assentar o erro técnico do STJ que zera a contabilidade do tempo de pena já cumprida; com a recaptura, zera e manda começar tudo de novo. Não é bem assim.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:



HC 94.163 / RS

O que estou dizendo é só isso que eu quis explicitar, para ficar bem claro que até o fato da fuga é o mau comportamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O Superior Tribunal de Justiça temperou um pouco a coisa, porque admitiu nova contagem, muito embora a pena seja única e a execução também.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - O Ministro Lewandowski realçou isso, admitiu uma nova contagem, um **tertium genus**.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

É só para deixarmos bem claro que a circunstância deste caso recomenda esta solução. O meu medo é esse. Se dermos uma solução genérica, mesmo do ponto de vista da ementa, o que vai acontecer? Os Juízes vão começar lá embaixo a conceder.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - O caso comporta os dois equacionamento. Esse primeiro de Vossa Excelência e o rechaço à tese do STJ. O caso comporta esses dois equacionamentos. Está no meu voto. As duas situações estão aqui.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Bom, eu voto nesse sentido; eu acho bom Vossa Excelência votar assim também.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Mas o pior é que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu a



HC 94.163 / RS

partir de óptica que é absoluta, ou seja, a óptica segundo a qual, no caso de falta grave, não se tem nova data-base.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

É o que eu estou dizendo, é uma situação. Se nós não pusermos isso que Vossa Excelência está dizendo no caso específico, vai ficar mais difícil, muito difícil. Neste caso aqui estamos decidindo assim porque é muito difícil.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Porque o Juiz aferiu, fez a avaliação.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Nós temos de, talvez, Ministro Carlos Britto, afastar, deixar, atentar que nós estamos afastando e negando a fundamentação da decisão do Tribunal de Justiça gaúcho, porque senão.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - O artigo 83, Ministro Marco Aurélio, não fala de data-base, talvez por isso o Tribunal também.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Mas revela que aquele que, na execução da pena, não teve bom comportamento não tem direito ao livramento.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Sim, perfeito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Quer dizer, assenta até mais. O Superior Tribunal de Justiça ainda



HC 94.163 / RS

admite - daí eu ter dito que temperara a situação - o surgimento de uma nova data-base, para aferição do elemento objetivo, que é a passagem do tempo. Chegou ao meio-termo.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - A lei nem fala em mau comportamento, fala em comportamento satisfatório.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Pois é, isso não é um comportamento satisfatório.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Sim, estou dizendo, dá no mesmo, mas a lei não fala em mau comportamento, faz aferir do comportamento satisfatório. É o inciso III do artigo 83 da lei.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Então, para usar uma expressão do Ministro **Marco Aurélio**, desenganadamente, a fuga não é um comportamento satisfatório.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Está certo.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Vamos admitir que, se tivesse subido com o Juiz negando o livramento condicional, nós íamos negar aqui também.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Claro, mas com base no artigo 83, III.



HC 94.163 / RS

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Há uma tese aqui que os Ministros Lewandowski e Marco Aurélio muito bem captaram. O juiz não pode assentar um novo requisito, uma nova exigência se não está previsto em lei. O juiz não, a Justiça.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Mas ele pode dizer que não tem um bom comportamento, um comportamento satisfatório.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ele pode ter se equivocado.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - A falta de bom comportamento já está prevista na lei.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Então, a fuga não é bom comportamento.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Mas não está em jogo isso. O que está em jogo é a consequência da fuga, a consequência jurídica da fuga.

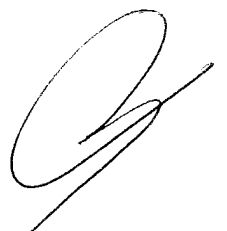
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Consequência da fuga é não dar direito a livramento condicional.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Mas não zera, são coisas diferentes. Não zera o período da pena cumprida.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Mas aqui o que interessa é o livramento condicional.



HC 94.163 / RS

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ministro Carlos Britto, estou entendendo que estamos aqui atacando, neste **habeas corpus**, especificamente a decisão do Recurso Especial nº 916.190, do Rio Grande do Sul, que diz o seguinte: quando o sentenciado comete falta grave pela fuga, o que acontece? Há um reinício da contagem do prazo para concessão do benefício.

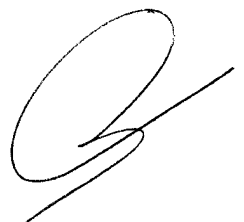
A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - O que está errado.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Porque desconsidera o tempo de pena anterior.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Parece-me que não há previsão legal para isso. Só isso que nós estamos assentando aqui. Não estamos dizendo que se cometeu falta grave, motivo para superar, enfim, a questão dos requisitos subjetivos. Não estou nem preocupado com isso, com todo respeito. Nós estamos atacando especificamente essa tese defendida no recurso especial. Estou absolutamente convencido, pelo menos neste momento, de que não há nenhuma previsão legal que permita que se cancele, se apague, se oblitere o tempo já cumprido de pena.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Para tranqüilidade nossa, no caso houve aferição do preenchimento das condições subjetivas. Isso nos tranqüiliza ainda mais.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - É que provavelmente o Juiz, ao considerar o caso específico, tendo em



HC 94.163 / RS

vista o tempo decorrido, como Vossa Excelência falou, deve ter superado esta falta grave pelo comportamento posterior.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Superou. Pós- fuga, pós-recaptura.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Exatamente, pós-fuga. Ele deve ter se comportado, deve ter recebido as cartas do diretor do estabelecimento prisional. Então, o Juiz, sopesando esses aspectos todos, deve ter superado o impedimento do artigo 83, III.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O ministro Ricardo Lewandowski tem razão. Muito embora no acórdão não haja referência, tem-se a confirmação da decisão do Juízo, que assentou:

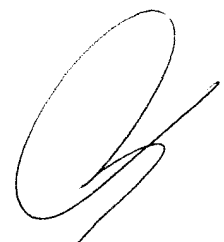
"Observo que o apenado já cumpriu 1/3 do total de sua pena" - o total, o período anterior foi computado - "e possui satisfatória conduta carcerária, restando superado, portanto, o obstáculo de ordem objetiva" - que seria também ordem subjetiva - "elencado" - e não existe o verbo elencar - "pelo Ministério Público".

Vossa Excelência consignou esse aspecto no voto.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Consignei.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Já votei. Voto naqueles termos e também acompanho a Ministra **Cármem Lúcia**.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 94.163-0**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

PACTE.(S): RUDINEI FERNANDES MACHADO

IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO


COATOR(A/S)(ES): RELATORA DO RECURSO ESPECIAL Nº 916190 DO
SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma deferiu o pedido de **habeas corpus**,
nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª Turma, 02.12.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à
Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a
Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de
Tarso Braz Lucas.


Ricardo Dias Duarte
/ Coordenador